

5 CONCLUSÃO:

Este trabalho apresentou o feminismo contemporâneo, enquanto ator social legítimo, a partir da análise de alguns discursos que ao longo da história legitimaram a diferença entre homens e mulheres. Iniciei a minha análise pelo discurso religioso no ocidente, no período medieval. Tal discurso subordinou as mulheres à sua natureza, em especial ao seu papel reprodutor. As mulheres não foram apresentadas como figuras de destaque na Bíblia, sendo sempre mostradas a partir de uma função específica desempenhada na vida dos homens. A mulher original, “Eva”, condenou a humanidade a viver no pecado e no sofrimento, pois fez ouvir a sua voz. Ao manifestar sua opinião, expulsou o homem do paraíso. Por tal ato, foi condenada a padecer das dores do parto. Desde então, as mulheres perderam o direito de disposição sobre seus corpos e sobre seus destinos, devido à sua natureza pecadora. O casamento foi apresentado como única forma legítima de união entre homens e mulheres.

As figuras bíblicas “Virgem Maria” e “Maria Madalena” ilustraram a indisposição das mulheres sobre seus corpos. A primeira foi o modelo feminino de virtude, já que colocou seu corpo à disposição da vontade de Deus. A segunda foi uma mulher que deixou de dispor livremente de seu corpo e, portanto, transcendeu a sua natureza pecadora. No discurso medieval, a natureza da mulher foi reprimida, pois trazia em si a fonte para o pecado. Tal discurso legitimou uma soberania divina, que impôs às mulheres o papel social principal de reprodutora. Não houve como escapar da natureza permanente, que justificou a diferença entre homens e mulheres, nem tampouco das restrições sociais que ela impôs.

O discurso religioso, enquanto determinante principal dos papéis sociais, foi substituído na Europa pelo discurso do Estado, no século XVII. Os princípios da igualdade formal e da soberania estatais significaram a centralização da autoridade local num modelo único e absoluto de organização política. A posição da mulher nesta nova ordem social e política, porém, não mudou muito. As mulheres desempenhavam um papel secundário e subsidiário na ordem social. As

mulheres das classes menos privilegiadas trabalharam com frequência, mas quase sempre exercendo ofícios ligados à organização do espaço doméstico das casas e dos comércios burgueses e dos castelos da aristocracia. Já as mulheres burguesas e aristocratas, por sua vez, tiveram como principal função a administração do espaço doméstico. A educação, dimensão social amplamente legitimada nos séculos XVII e XVIII, foi oferecida de forma diferente aos homens e às mulheres das classes privilegiadas. Enquanto para os homens a educação significou a possibilidade plena de desenvolvimento humano, para as mulheres foi apenas um treinamento para melhor lidar com as tarefas domésticas. Dessa forma, o saber feminino era utilitarista, servindo para perpetuar a subordinação das mulheres ao espaço privado.

As mulheres foram muito importantes nas batalhas revolucionárias do século XVIII, em especial na Revolução Francesa. Participaram das manifestações e das ações contra o regime aristocrático. As mulheres tiveram voz política, mas não superaram a hierarquia entre os sexos. Lutaram por um projeto nacional, mas não participaram da sua construção. Quando a Revolução terminou, elas voltaram para suas casas e deixaram o exercício da cidadania para os homens.

Durante os séculos XVIII e XIX na Europa se verificou a legitimação da ciência como saber privilegiado. O objetivo iluminista de desvendar “as verdades humanas” através do método científico se estendeu para as relações entre homens e mulheres. As ciências, em especial a medicina, ofereceram “explicações” para as diferenças sociais entre homens e mulheres. O discurso médico dos séculos XVIII e XIX afirmou que homens e mulheres possuíam corpos distintos. Afirmaram que o órgão da razão, o cérebro, era menos desenvolvido nas mulheres que nos homens. Como consequência, disseram que as mulheres eram dotadas de qualidades intelectuais inferiores às dos homens. Definiram a razão da mulher como sentimental e, portanto, incapaz de compreender determinadas dimensões da vida social. Dessa forma, subordinaram a ação social das mulheres mais uma vez à sua natureza permanente e imutável.

Com a consolidação do Estado-Nação na Europa, as mulheres começaram a se organizar contra a sua exclusão do espaço político. A partir de meados do século XIX, algumas mulheres européias se insurgiram contra o discurso dominante que negava ao sexo feminino o direito de participação política. As primeiras vozes feministas lutaram pelo voto e por melhores condições de

trabalho. As mulheres burguesas queriam sua libertação do espaço doméstico, bem como o reconhecimento de sua cidadania. As mulheres operárias, por sua vez, pleiteavam melhores salários e condições de trabalho.

Uma fundamental referência do feminismo foi Simone de Beauvoir, em meados do século XX. A autora, em seu trabalho *O Segundo Sexo*, desconstruiu o discurso dominante de naturalização das diferenças entre homens e mulheres. Ela afirmou que os padrões e critérios que justificavam as diferenças entre homens e mulheres decorriam muito mais de fatores sociais, do que propriamente da existência de uma “natureza feminina”. Chamou atenção para a diferença de poder entre homens e mulheres, destacando que os discursos dominantes sempre foram construídos por homens e reforçados por mulheres. Segundo ela, as mulheres sempre tiveram um papel passivo na construção social, reproduzindo as visões que os homens tinham sobre elas.

Este movimento de desnaturalização dos papéis sociais entre homens e mulheres sustentou e reforçou as diferentes manifestações do feminismo a partir da década de 60, do século XX. Entre as múltiplas representações do feminismo contemporâneo, destaquei neste trabalho as vertentes: liberal, socialista, radical e pós-moderna. O feminismo liberal, surgido nos EUA, e ainda hoje com este Estado identificado, teve como reivindicação mais importante a ampliação dos direitos políticos e sociais das mulheres. Dessa forma, o foco das feministas liberais foi o sistema jurídico de Estados democráticos. A condição para o exercício da agenda política liberal foi a democracia, entendida como espaço de articulação política em que todos os setores e dimensões da sociedade participavam da legitimação de um projeto político. Esta é a perspectiva dominante no feminismo internacional, ainda nos dias de hoje.

O feminismo socialista foi uma manifestação simultânea contra a sociedade patriarcal e contra o feminismo liberal. A perspectiva socialista estabeleceu uma relação direta entre dominação de classe e dominação patriarcal. De acordo com as feministas socialistas, não era possível separar estas duas dimensões de poder que sustentavam as posições e os discursos sociais dominantes. A desigualdade de recursos entre as mulheres não podia ser ignorada por nenhuma análise da condição das mulheres. Tanto a opressão das mulheres quanto da classe operária eram apresentadas como pilares indissociáveis do sistema capitalista, e deviam, portanto, ser atacadas a partir de uma abordagem mais ampla. Tal perspectiva é

ainda muito forte nos discursos do feminismo internacional, em especial das chamadas “feministas do Sul”.

O feminismo radical se caracterizou pelo desejo de reconstrução da realidade social a partir de um ponto de vista feminista. De acordo com as defensoras desta perspectiva, as instituições e os conceitos sociais eram construções de uma cultura masculina. Tal cultura criou um espaço social patriarcal, em que as mulheres eram subordinadas a papéis sociais de pouca relevância política. Por não participarem da construção do social, as mulheres se viam subjugadas por instituições e conceitos que as silenciavam, perpetuando padrões de violência física e moral. Dessa forma, para se libertarem desta cultura patriarcal, as mulheres deviam redefinir o espaço social, tornando-se agentes da construção de conceitos e instituições sociais. O conceito de “direitos reprodutivos” é um exemplo de aplicação desta visão nas discussões internacionais. Trata-se de um novo olhar, um olhar feminista, sobre uma questão anteriormente definida a partir de termos naturais.

Uma outra vertente do feminismo contemporâneo que apresentei foi a pós-moderna. Tal perspectiva buscou desconstruir os padrões de universalidade. De acordo com a abordagem pós-moderna, a construção do social era um projeto político de poder, que legitimava alguns sujeitos sociais e marginalizava outros. O discurso moderno, centrado em referenciais absolutos, estabelecia fronteiras para o pensar e o agir políticos. Dessa forma, impossibilitava qualquer interação entre representações distintas da vida social. Tal discurso reforçava a incomunicabilidade com os outros, bem como a identificação acrítica com um modelo político e social particular. O feminismo pós-moderno destacou a importância do movimento para além dos discursos soberanos que limitavam o agir e o pensar políticos. O pós-modernismo afirmou a necessidade de contemplar e lidar com a diferença, de forma a conceber a instabilidade das construções sociais como uma característica da vida social. Buscou romper com as hierarquias e dicotomias da vida moderna, afirmando a diversidade como constituinte de qualquer unidade. O discurso pós-moderno influenciou a visão sobre a diferença em Beijing e fortaleceu uma ética social alternativa à soberania.

O discurso pós-moderno se fortaleceu no contexto social em que as fronteiras espaciais e o tempo se tornaram mais dinâmicos. As transformações sociais, geradas pelo intenso fluxo de capitais, pessoas e informações no mundo,

destacaram as diferenças e desestabilizaram as identidades sociais. Uma das características deste momento histórico, denominado globalização, foi uma multiplicidade de visões acerca do social. Sobre o conceito e os efeitos do processo de globalização se apresentaram diversas interpretações. A globalização descentralizou os discursos sociais, permitindo a contemplação da complexidade social, que sempre existiu, mas que era ignorada e negada pela afirmação uma única lógica.

As transformações globais apresentaram modelos de compreensão das relações sociais mais complexos e, muitas vezes, contraditórios. Autores divergiram quanto à natureza, o conceito e os efeitos da globalização. Alguns autores, que denominados por Held & McGrew (2000) céticos, entenderam que a globalização representava a consolidação de uma nova fase do sistema capitalista. Esta fase do capitalismo se caracterizava pelo exercício da hegemonia em escala mundial. O capital e a informação, controlados por um único poder, se impunham como forças determinantes da ação e do pensamento sociais, intensificando as desigualdades e perpetuando os padrões vigentes de distribuição de recursos e poder. Outros autores, denominados por Held & McGrew (2000) globalistas, destacaram que as transformações globais promoveram mudanças significativas nos modelos de organização política e social. A tecnologia tornava a comunicação mais instantânea e abrangente, bem como os fluxos de capital e informação mais dinâmicos. As interações sociais deixavam de ser compreendidas a partir de um único referencial, uma vez que geravam impactos diferentes e simultâneos em distintos espaços sociais. Tal processo desestabilizava identidades, bem como tornava mais visíveis modelos alternativos de compreensão das relações sociais.

As divergentes interpretações acerca da globalização decorreram da própria dinâmica deste processo. A flexibilização das fronteiras espaciais e a instabilidade das identidades sociais impossibilitaram a compreensão da globalização partir de um referencial único. O processo de globalização foi diverso em suas manifestações e efeitos ao longo do globo. Não houve uma única globalização, mas várias, que, ao mesmo tempo, se integraram e se contrapuseram. Assim, o processo de globalização foi bem desigual e complexo. A informação e o capital se tornaram instituições globais. Todavia, os efeitos e conseqüências de um mundo globalizado foram sentidos de maneira diferente nos diversos espaços sociais. Em algumas regiões, assistiu-se ao fortalecimento de discursos

fundamentalistas, baseados em noções estáticas e universais de cultura e nação. Estes grupos se articularam também a partir de um projeto nacional, mas não somente. A sustentação deste olhar soberano sobre o social somente foi possível se considerada a diversa e complexa rede de relações sociais que se estabeleceu na sociedade globalizada. A interação entre grupos fundamentalistas, movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições internacionais e mercado financeiro foi fundamental na construção e reafirmação destes discursos soberanos. O fundamentalismo precisou da flexibilidade e da abertura do mercado para se materializar, bem como da legitimidade de setores da sociedade insatisfeitos com os efeitos desiguais da ordem internacional vigente. O fundamentalismo e o nacionalismo se proclamaram como contra-discursos à globalização, que ameaçava a sobrevivência de valores universais soberanos como a memória, a tradição, a religião, a cultura e a nação. Afirmaram-se defensores de um particularismo negado e suprimido por uma globalização hegemônica, que legitimava uma única forma de compreender o mundo como a mais justa. Neste ponto, ganharam a simpatia de muitos setores da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais do Sul, que se insurgiam contra um modelo “neoliberal” de globalização. O movimento “antiglobalização” teve muitas faces e bandeiras bem diversas.

A globalização, na visão de muitos setores da sociedade civil, intensificou as desigualdades sociais, reforçando antigos padrões de exclusão e criando novos. Assim, houve uma percepção comum de que o modelo de globalização vigente legitimava o fortalecimento de poucos às custas da opressão de muitos. A “antiglobalização” enquanto movimento teve como característica uma identidade multidimensional em constante redefinição. Múltiplas agendas se encontraram e interagiram, propondo soluções diferentes para os efeitos “perversos” da globalização. Havia o grupo que afirmava o fortalecimento do Estado como resposta às imposições do sistema financeiro internacional, controlado, na visão deles, pelos EUA. Tal grupo defendia a soberania nacional e o Estado como local privilegiado da ação social. Havia também aqueles que propagavam a necessidade de redefinir o cenário político internacional, localizando as relações sociais. Este grupo entendia que face às transformações globais, a única forma efetiva de atenuar as desigualdades é a ação política localizada, próxima à realidade daqueles que eram excluídos. Estes dois grupos atrelavam seus discursos políticos

à ética da soberania, crendo que a resposta mais eficaz à soberania das instituições financeiras e dos Estados poderosos era o fortalecimento da soberania dos mais fracos e pobres. Propunham a perpetuação de dicotomias sociais que acirravam conflitos e impossibilitavam o diálogo e a tolerância com o diferente.

Havia, ainda, uma manifestação do movimento “antiglobalização” que apresentava uma posição alternativa. Tal grupo partia de uma ética que contemplava a diferença não como ameaça, mas como o princípio de toda a ação social. Este grupo propunha o diálogo com o diferente como resposta às desigualdades sociais. Tal visão da ação política se afirmava a partir da ética da solidariedade, reconhecendo a responsabilidade social de todos os discursos para a reconstrução da política internacional. Esta concepção alternativa da dimensão política se colocava contra a indiferença de qualquer modelo político soberano. De acordo com esta posição, se a resposta para a soberania, que oprimia, excluía e marginalizava grupos sociais, fosse um novo discurso soberano, a ética da soberania se fortalecia enquanto valor único e absoluto da ação política. Dessa forma, diante da disputa entre discursos soberanos, qualquer noção de justiça e paz social ficava prejudicada.

A diversidade e a complexidade desta sociedade civil global fizeram parte da trajetória do feminismo no plano internacional. A voz feminina, conforme destaquei no primeiro capítulo, foi ao longo da história silenciada por discursos soberanos. As mulheres foram concebidas como sujeitos passivos da construção política, tanto pela soberania da Igreja, durante a Idade Média, quanto pela soberania do Estado, a partir do século XVII. Interessante observar que tais discursos soberanos continuaram a ecoar no plano internacional, conforme se observou nos discursos de Cairo e Beijing. Quando a voz feminista ganhou destaque no espaço político internacional, na década de 70, a ética da soberania foi incorporada ao discurso feminista. Afirmando-se por bases socialistas ou liberais, as mulheres falaram a partir do referente nacional. Este foi o contexto da CEDAW (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*), referendado como documento internacional em 1979. Várias foram as reservas apresentadas por Estados signatários da Convenção, pautadas no particularismo cultural, religioso e na soberania nacional.

Na década de 80, as vozes feministas radicais buscaram redefinir as relações sociais, no plano internacional, a partir de um referente soberano, qual seja o olhar

feminista. Questionaram a soberania estatal, mas reafirmaram a ética da soberania em seus discursos. Reforçaram a crítica particularista e afirmaram intransponíveis fronteiras entre os diferentes discursos sociais. Orgulharam-se de falar a partir de um referente único estável que se contrapunha às demais dimensões sociais. Este discurso também se afirmou com considerável força nos discursos de Beijing e Cairo, especialmente entre as “feministas do Sul”. Ainda que algumas representações feministas continuassem falando a partir da soberania, o feminismo internacional incorporava uma nova ética, que impulsionava a atuação política feminista no plano internacional, no contexto global.

A solidariedade, enquanto princípio do pensar político feminista no plano internacional, se destacou, inicialmente, no debate sobre direitos humanos. Tal debate, em linhas gerais, contrapôs a noção de valores humanos universais à manifestação cultural particular. Os defensores do particularismo afirmavam que os direitos humanos legitimavam um conjunto de valores particulares, que caracterizados como universais, suprimiam valores culturais diferentes. Os humanistas defendiam a existência de um conjunto de valores universais, que ligava toda a humanidade. Nestes termos, o debate apresentava dois discursos soberanos, que se excluía mutuamente. A ética da soberania tornava qualquer concepção de universal inconciliável com a noção de particular, e vice-versa. A crítica feminista, neste ponto, foi de fundamental importância por apresentar um novo olhar sobre os direitos humanos. As feministas destacaram que o particular e o universal não são estáticos, se construindo e reconstruindo a partir da interação social. Assim, o universal e o particular poderiam ser reconstruídos, de forma que ambos coexistissem em um mesmo espaço social. As feministas criticaram o conceito de universal legitimado na política internacional, destacando a marginalização de algumas dimensões do social. Da mesma forma, questionaram o discurso particularista que perpetuava a violência e a exclusão social. Afirmaram a necessidade de pensar os direitos humanos como um conceito dinâmico e flexível, que não ignorasse as diferenças, nem tampouco legitimasse a indiferença. Este esforço feminista em redefinir os direitos humanos foi reconhecido na Conferência de Viena, em 1993, com a inclusão dos direitos à dignidade e à integridade física das mulheres entre os direitos humanos. Tal passo abriu caminho para a legitimação da agenda feminista em Cairo, em 1995. Assim, as feministas acabaram por contribuir para pensar o espaço internacional através

de uma nova ética. Uma ética que não se fechasse em si mesmo, que não afirmasse dicotomias e que, efetivamente, pudesse transformar as relações sociais.

Na afirmação do feminismo enquanto ator internacional, a Organização das Nações Unidas desempenhou um papel de grande importância. Ainda que atuasse, em muitos aspectos, a partir da ética da soberania, em especial da soberania estatal, a ONU tornou-se um fórum privilegiado para a sociedade civil global. A ONU ampliou o espaço de discussão entre Estados e sociedade civil, em especial no período definido como ciclo social de conferências. O papel da ONU foi, neste momento, contraditório e complexo, como todo o processo de globalização. A ONU, historicamente, foi uma instituição criada para servir aos interesses dos atores estatais. Durante aquele momento, pós-guerra, a soberania estatal se afirmava como referencial único da política internacional. Dessa forma, a ONU se legitimou como um espaço em que discursos soberanos se afirmavam em oposição uns aos outros. A agenda internacional, discutida nesta instituição, portanto, era sempre um discurso particular, marcado pela ética da soberania, que legitimava uma ação internacional num determinado momento histórico. Os valores da ONU, definidos no seu documento constitutivo, foram reinterpretados várias vezes, ao longo de sua curta história, para servir aos interesses de alguns de seus membros. Assim, não havia como negar que a ONU era uma instituição estadocêntrica, cuja ação internacional estava, em muitos aspectos, condicionada à vontade dos Estados membros. Mesmo nas conferências que analisei neste trabalho (mais em Cairo do que em Beijing), percebeu-se a participação central dos Estados na discussão e aprovação de uma agenda internacional de gênero e população. A ética da soberania constituiu os debates da ONU. Todavia, esta referida instituição não estava alheia às transformações pelas quais passava o mundo atualmente. Paralelamente ao exercício da ética da soberania, retomando-se os dois discursos soberanos que tratei na parte histórica (religioso e estatal), ganhava força um modelo solidário de pensamento e ação sociais, para o qual o movimento feminista contribuiu de forma importante.

As organizações feministas desempenharam um papel de grande relevância nas Conferências da ONU, na década de 90. Em Viena, conforme destaquei, conseguiram incluir direitos fundamentais para as mulheres entre os direitos humanos. Buscaram fornecer uma visão do espaço internacional como uma construção social que legitimava padrões de exclusão de grupos específicos. Em

Cairo, as organizações de mulheres propuseram uma agenda que redefinia conceitos estagnados e naturalizados de reprodução, família e população. A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento representou um marco no feminismo internacional. Numa conferência que não se propunha a discutir especificamente a questão das mulheres, o gênero foi a dimensão central dos debates.

Em Cairo, as feministas falaram a partir do conceito de “direitos reprodutivos”. A diversidade do feminismo internacional não se mostrou clara no Cairo. As diferenças feministas foram silenciadas em torno de uma questão que perpassava todos os discursos feministas. O mais influente grupo feminista em Cairo buscou em articulação com os Estados legitimar um novo modelo de compreender a reprodução humana. O cerne do conceito de direitos reprodutivos esteve na garantia de que toda mulher tivesse o pleno direito de disposição sobre seu corpo e sua sexualidade. Tal conceito ampliou a visão sobre reprodução. De um mero fato natural, para o qual a mulher se destinava, reprodução passou a ser entendida como uma forma de ação social.

Este conceito, ainda que tenha sido concretizado no Plano de Ação, não foi recebido de forma harmoniosa por um grupo de Estados que polarizou os debates de Cairo em torno dos direitos reprodutivos. Liderados pelo Vaticano (que desde as reuniões preparatórias se mobilizava para enfraquecer o discurso feminista), Estados muçulmanos e católicos da América Latina se opuseram a diversos aspectos legitimados no Plano de Ação. Colocaram-se contra todos os artigos que pudessem dar margem, na sua interpretação, à legalização e ao incentivo ao aborto. Mostraram-se contrários ao discurso que ameaçava a tradição, a religião, a soberania, os costumes e os valores que defendiam. Afirmaram-se representantes de uma identidade nacional e religiosa unidimensional e estática, que se via ameaçada pela liberdade exacerbada das mulheres. O particularismo defendido por estes Estados retomou os discursos soberanos medieval e moderno. O discurso da “verdade divina” sobre o papel social da mulher, revelado nos livros sagrados, esteve presente em Cairo. Aquelles Estados representaram a mulher a partir de uma divina subordinação ao casamento. Os discursos católico e muçulmano, que ao longo da história haviam se mostrado inconciliáveis, apresentaram uma surpreendente identidade ao tratar das mulheres.

No plano político, o Vaticano e seus aliados se afirmaram defensores da soberania, enfraquecida pela aprovação de uma agenda internacional de expansão da hegemonia norte-americana. Destacaram que muitos aspectos dos direitos reprodutivos representavam a imposição de um modelo social ocidental, suprimindo e enfraquecendo as culturas dos Estados do Sul. A soberania estatal se tornou o centro do debate. Dessa forma, instrumentalizaram as diferenças culturais para legitimar seu discurso soberano e impor reservas importantes ao Plano de Ação de Cairo.

A mobilização dos Estados muçulmanos, do Vaticano e dos Estados católicos da América Latina, em Cairo, não impediu que a maioria dos Estados participantes da Conferência legitimasse os direitos reprodutivos como aspecto central na agenda para população e desenvolvimento. Neste ponto, a participação das ONGs feministas foi fundamental. As ONGs fizeram um forte *lobby* junto aos Estados para que sua agenda principal, qual seja a legitimação dos direitos reprodutivos, fosse contemplada naquela conferência internacional. Através do discurso do Vaticano e de seus aliados, o particularismo cultural e a soberania estatal foram exaltados. Ainda, a maioria dos Estados participantes aderiu à consistente proposta dos direitos reprodutivos apresentada pelas feministas. Ainda que o debate tenha sido intenso em torno dos direitos reprodutivos, o consenso em nenhum momento se viu ameaçado.

Um aspecto interessante que se observou na Conferência do Cairo foi o deslocamento do foco do debate. Os debates internacionais vinham sendo marcados pela oposição Norte/Sul, que em Cairo não se mostrou muito relevante. Tal fato se deveu, em grande parte, à cisão que ocorreu entre os representantes dos Estados e de organizações do Sul. Muçulmanos e católicos haviam posto de lado as suas diferenças essenciais para formar uma aliança religiosa e culturalista. Tal fato gerou uma resposta dos demais participantes, que assumiram um compromisso em favor da melhoria da condição das mulheres no mundo. Sul e Norte se uniram contra o discurso relativista e conservador da aliança religiosa. As diferenças econômicas foram postas em segundo plano, tendo em vista a necessidade de combater o discurso soberano e conservador que se apresentava com considerável força.

O fato do debate sobre direitos reprodutivos ter concentrado as atenções em Cairo decepcionou alguns setores da sociedade civil que lá estavam. Em especial

as ONGs que tratam de desenvolvimento tiveram a percepção de que muitas questões pertinentes ao desenvolvimento e à redistribuição de recursos no plano internacional haviam sido silenciadas em Cairo. Tais organizações se prepararam para um debate que não ocorreu. Queriam tratar do desenvolvimento, de população e de migração a partir da oposição entre pobres e ricos. Sentiram que o debate em torno dos direitos reprodutivos havia representado um tempo desperdiçado. Um tempo que poderia ter sido usado para contemplar questões de real relevância para o combate à pobreza no mundo.

A questão tratada em Cairo, ao meu ver, afirmou-se muito mais importante do que criam as ONGs que tratam de desenvolvimento. Os discursos soberanos, que proclamaram, de um lado, o particularismo radical e, por outro, o universalismo estático, constituíram aspectos fundamentais para a compreensão da política internacional contemporânea. Foi a partir do debate particular e universal que a ética da soberania se afirmou, fomentando e justificando conflitos internacionais. As clivagens Norte-Sul se reconstruíram a partir de novos parâmetros, já que os valores constituintes de padrões universais e particulares eram renegociados a cada interação social. Dessa forma, entendo que o debate central em Cairo, longe de constituir um retrocesso político na discussão internacional sobre desenvolvimento, mostrou novas faces e dimensões do espaço internacional. Um espaço em que identidades fixas e imutáveis não se sustentavam. A soberania foi ainda o princípio dominante da política de Cairo, mas uma lição importante ficou: todo discurso soberano era instável e flexível. Diante desta constatação, os critérios que definiam identidade e diferença foram repensados e reconstruídos.

A participação das feministas em Cairo foi de fundamental importância para a preparação e execução da Conferência de Beijing. Os participantes da IV Conferência Mundial sobre a Mulher esbarraram em dificuldades estruturais. Em especial as representantes das ONGs, reunidas em Huairou, enfrentaram restrições físicas e políticas (perseguições políticas, falta de infra-estrutura, negação de vistos, etc.) para a realização do evento. Todavia, o processo de Beijing havia se iniciado muito antes de 1995. As organizações feministas participaram ativamente das Conferências realizadas pela ONU, desde Nairobi. Desempenharam importante papel no Rio, em Viena e, principalmente, no Cairo. Dessa forma, quando se depararam com as dificuldades para a realização da Conferência na

China, as participantes sabiam que não podiam retroceder nas conquistas internacionais do movimento feminista.

Uma das dificuldades, senão a principal, enfrentada pelas feministas em Beijing foi a retomada do debate de Cairo sobre direitos reprodutivos. O discurso, proclamado pelo Vaticano, pelos Estados muçulmanos e pelos Estados latino-americanos católicos, se reafirmou contra a confirmação e a ampliação dos direitos reprodutivos. O discurso em defesa da diferença e da particularidade cultural se deu nos mesmos termos que em Cairo. Aqueles Estados proclamaram um discurso soberano, fundado em “verdades” divinas e nacionais, que se encontravam ameaçadas por uma visão universal sobre a condição das mulheres no mundo. Exaltavam o particular e ressaltavam o direito de cada Estado e sistema cultural de definir suas próprias políticas para mulheres.

O discurso do Vaticano, dos Estados muçulmanos e dos Estados latino-americanos católicos se reafirmou, em Beijing, a partir dos mesmos referentes de Cairo. Nenhum elemento novo foi introduzido. Assim, as participantes da Conferência oficial e do fórum das ONGs não foram surpreendidas com o discurso conservador da defesa de uma concepção “natural” de mulher. A resposta feminista se deu a partir do conceito de gênero. Tal conceito, que toma as visões sobre homem e mulher como construções sociais, abriu as religiões e as culturas para o debate. As feministas que utilizavam o gênero como ferramenta teórica destacaram que as religiões e as culturas eram construções sociais que perpetuam interpretações parciais particulares de modelos religiosos. Dessa forma, nenhuma religião ou cultura por si só impunha e determinava o que era ser mulher. O discurso muçulmano e católico sobre a mulher foi uma manifestação de poder de atores que buscavam fortalecer padrões vigentes de inclusão e exclusão social. Interessante observar que tal crítica feminista já destacava a importância da cultura e da religião no discurso político contemporâneo. Esta crítica ressaltava que muito além da dimensão religiosa, o fundamentalismo cultural e religioso se afirmava como ordenamento político alternativo às desigualdades da globalização.

Em Beijing, a diversidade feminista esteve em evidência. Algumas feministas, ligadas em sua maioria aos movimentos radicais do Sul, questionaram a validade do conceito de gênero para o fortalecimento do feminismo global. Denunciaram a “ocidentalização” dos debates feministas no plano internacional, excluindo visões alternativas sobre identidade e experiência das mulheres do Sul.

Afirmaram que o conceito de gênero tinha servido aos Estados poderosos, em especial aos EUA, e às instituições internacionais para a reprodução de uma cultura patriarcal que excluía a maioria das mulheres do mundo. Dessa forma, estas feministas propuseram a ruptura com o discurso feminista dominante na esfera internacional, centrado na perspectiva de gênero, buscando a reinterpretação da identidade feminista a partir das experiências das mulheres nas suas diferentes representações. Desejavam a redefinição de conceitos etnocêntricos, como desenvolvimento, bem como a confrontação das desigualdades materiais entre as mulheres. Buscavam abrir o espaço internacional para a construção da soberania de cada identidade feminista marginalizada.

Esta visão soberana acerca da diferença foi contestada por muitas participantes, inclusive feministas ligadas a organizações do Sul. A maioria das feministas presente na Conferência de Beijing buscou entender as diferenças entre as mulheres a partir de uma nova ética. Chamou atenção para a importância da categoria de gênero enquanto instrumento do questionamento dos padrões de exclusão das mulheres nos mais diferentes contextos e espaços sociais. Afirmou ser necessário entender a categoria de gênero não como um conceito estático, definido a partir das experiências específicas das mulheres do Norte, mas sim como uma concepção crítica das múltiplas possibilidades confrontadas pelo feminismo internacional. Este grupo de feministas destacou a importância de contemplar as diferenças e desigualdades entre as mulheres, mas apontou o perigo de cair no relativismo absoluto. Tal relativismo impunha às mulheres, nos seus diferentes contextos, a reprodução de modelos acríticos de reconhecimento, que imobilizavam o movimento feminista enquanto ator internacional. A posição que dominou o discurso feminista em Beijing foi a de um novo olhar sobre a diferença. As feministas descobriram que a diversidade poderia representar uma riqueza do feminismo internacional, se fosse compreendida a partir da ética da solidariedade. A partir da visão de que a contestação e a crítica permanentes eram fundamentos indispensáveis para se pensar a diferença, a transformação da condição das mulheres nas suas mais diversas representações se tornava possível.

O processo de Beijing, assim, foi bem diverso em seus discursos e práticas. A ética da soberania se afirmou nos discursos do Vaticano e de seus aliados, e de algumas feministas, a partir das diferenças do feminismo internacional. Todavia, ao lado dos discursos soberanos, apresentou-se um discurso solidário sobre as

diferenças sociais. Um discurso que propunha o relacionamento dialético com o diferente como princípio básico das relações sociais. Um olhar para si mesmo que transcendia as fronteiras discursivas e materiais, mas que, ao mesmo, tempo não destruía referenciais.

A visão da ordem social como marcada pela diferenciação de gênero associada ao contexto internacional contemporâneo conduziu a uma redefinição dos parâmetros de articulação política internacional. Os discursos alternativos, vozes de atores marginalizados nas Relações Internacionais, não podiam mais ser ignorados. A formação de redes de comunicação, que ligavam movimentos, organizações e instituições no nível local, nacional, regional e global, pressionava os Estados e os atores corporativos no sentido de uma plataforma social e política mais inclusiva. As Conferências da ONU ilustraram este processo. Tais conferências incorporaram além de representantes estatais, líderes de movimentos, delegações de organizações não governamentais e representantes de grandes empresas transnacionais. O fórum de discussão da ONU nas duas últimas décadas deixou de ser centrado exclusivamente no Estado. As Conferências internacionais passaram a reconhecer a relevância de atores diferentes do Estado na definição de plataformas políticas globais, pelo menos em questões como direitos humanos, mulheres e meio ambiente, já que na dimensão da segurança o Estado ainda era o espaço único. Por tal quadro, entendo ser importante verificar de que maneira os diferentes discursos, de diferentes atores, se articularam nas Conferências da ONU, de modo a compreender os processos de construção discursiva da identidade feminista e, indiretamente, seu impacto na reconfiguração do espaço político internacional.

Estas linhas aqui proferidas não esgotam a compreensão das Conferências Internacionais do Cairo e de Beijing, nem tampouco da ação feminista no plano internacional. No momento histórico das Conferências que analisei havia um certo entusiasmo em relação aos rumos da política internacional, bem com no que diz respeito à legitimidade da ONU como fórum global. A maioria das feministas cria estar trabalhando para a construção de um modelo de ação política, em que a soberania do Estado, enquanto referencial único e absoluto da política internacional, não mais se sustentaria. Todavia, este novo espaço de articulação multidimensional e descentralizado se tornou cada dia mais distante do desejo das feministas. A omissão da ONU no que concerne aos entraves e restrições impostas

aos documentos e resoluções internacionais, pela maioria dos Estados, modificou o foco da sociedade civil global. Ao perceberem que a ONU permanecia uma instituição centrada nos interesses estatais, os movimentos e organizações da sociedade civil legitimaram os fóruns civis como *locus* privilegiado da ação política internacional. Todavia, as conferências do ciclo social serviram de ponto de partida para pensar o espaço internacional de uma forma muito mais ampla. A ONU perdeu legitimidade enquanto espaço de contato entre Estado e sociedade civil. Contudo, olhar para as Conferências Internacionais permitiu compreender o alcance e as limitações dos espaços políticos contemporâneos, bem como a inadequação de antigas estruturas ao contexto contemporâneo. Dessa forma, tornou possível pensar a reformulação da ONU como instituição política legítima e o surgimento de novos espaços políticos globais. De qualquer forma, a diversidade e a contradição se tornaram características da construção da política global, que se abriu a múltiplas dimensões sociais, entre elas o feminismo internacional.